## PROJETO DE LEI Nº , DE 2023

(Do Sr. GUSTAVO GAYER)

Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, para obrigar que os rótulos dos produtos lácteos informem a origem do leite utilizado em sua fabricação.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1° O art. 11 do Decreto-Lei n° 986, de 21 de outubro de 1969, passa a vigorar acrescido do seguinte §5°:

"Ar	t. 11						
§5°	Os rótulos	s dos produto	s lácteos	deverão	informar o	o país c	le

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

origem do leite utilizado em sua fabricação." (NR)

## **JUSTIFICAÇÃO**

O presente projeto de lei busca introduzir a obrigatoriedade da indicação do país de origem do leite utilizado na fabricação de produtos lácteos em seus rótulos. Esta proposta se justifica por diversas razões.

Primeiramente, o Código de Defesa do Consumidor estabelece a informação como direito básico nas relações de consumo. Neste contexto, é imperativo que os consumidores estejam plenamente cientes da origem dos produtos que consomem, especialmente quando se trata de alimentos. Assim, a proposta visa diretamente a promoção e garantia desse direito fundamental.

Além disso, ao permitir que os consumidores identifiquem o país de origem dos produtos, estamos potencialmente fomentando a produção





Apresentação: 23/10/2023 10:00:45.027 - ME

## CÂMARA DOS DEPUTADOS Gabinete do Deputado Federal **GUSTAVO GAYER -** PL/GO

nacional. Esta transparência possibilita que os consumidores optem conscientemente por apoiar a produção local, incentivando a concorrência leal entre produtores nacionais e estrangeiros.

A segurança alimentar é outra preocupação que embasa esta proposta. Em situações de crise alimentar ou contaminação que possam ocorrer em âmbito internacional, o conhecimento da origem dos alimentos é crucial. Informar o país de origem do leite proporciona ao consumidor a capacidade de decidir pela aquisição ou não do produto em questão, levando em consideração as informações disponíveis sobre a segurança dos alimentos provenientes de determinadas regiões.

Deste modo, a aprovação deste Projeto é essencial para garantir o direito à informação, promover a transparência no mercado, assegurar a segurança alimentar e valorizar a produção nacional. Por estas razões, solicitamos o apoio dos Colegas parlamentares para a aprovação desta importante medida.

Sala das Sessões, em 10 de outubro de 2023.

Deputado **GUSTAVO GAYER** PL/GO



